



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÓRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento da demanda das Secretarias Municipais do Município de Córrego Fundo/MG, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste termo de referência.

1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços referente a este TR será de 05(cinco) meses contados da data de assinatura do contrato/ata registro de preços, sendo prorrogável na forma da Lei nº 8.666/93.

2. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

2.1. O objeto deste Termo de Referência está dividido em 19 (dezenove) itens que são exclusivos para a participação das microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e equiparadas, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

ITEM	DESCRIÇÃO	EB ¹ /KG	Total	Valor médio Unit.	Valor médio total	Tratamento LC 123/06
1	Achocolatado em pó / 700 grs: Achocolatado em pó instantâneo, homogêneo, cor marrom claro a escuro. Enriquecido com vitaminas, embalagem primária, própria, fechada a vácuo (tipo sachê), constando identificação do produto, inclusive classificação e marca, nome e endereço do fabricante, modo de preparo, data de fabricação e validade.	EB	446	R\$8,05	R\$3.588,81	Exclusivo ME/EPP
2	Açúcar tipo cristal / 5kg: açúcar de origem vegetal, branco, contendo no mínimo 98,3% de sacarose, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. Aparência, cor e cheiro próprios do tipo açúcar. Embalagem: saco de polietileno atóxico, contendo data de fabricação e validade.	EB	550	R\$12,46	R\$6.853,00	Exclusivo ME/EPP
3	Arroz / 5 KG: Arroz Agulhinha, tipo 1, beneficiado, polido, com no mínimo 90% de grãos inteiros, medindo aproximadamente 6 mm após o polimento, embalagem primária saco polietileno atóxico, resistente, termossoldado, contendo data de validade visível.	EB	460	R\$ 24,70	R\$11.360,47	Exclusivo ME/EPP
4	Biscoito água e sal / 375 grs: Biscoito crocante, inteiro, ingredientes básicos: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água e sal. Nome e endereço do fabricante. No seu rótulo deve conter prazo de validade visível.	EB	380	R\$ 4,68	R\$1.778,40	Exclusivo ME/EPP
5	Biscoito doce de maisena / 400 grs: de boa qualidade, inteiros, constando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante, no seu rótulo deve conter prazo de validade visível.	EB	380	R\$ 4,58	R\$1.740,40	Exclusivo ME/EPP
6	Café torrado e moído / 500 grs: tipo tradicional, isento de grãos pretos, verdes ou fermentados, pó homogêneo; aroma e sabor característicos de regular a intenso; bebida mole a rio, contendo impurezas máximas de 1%; outros e umidade até 5%; condições de acordo com a Resolução	EB	150	R\$ 8,59	R\$1.289,00	Exclusivo ME/EPP

¹ Nota Explicativa: a sigla EB refere-se a embalagem.



MUNICÍPIO DE CÔRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 – CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÔRREGO FUNDO – MINAS GERAIS

	RDC Nº. 277 DE 22/9/05 E Resolução SAA -28 de 1/06/07. A embalagem deve ser de plástico, lacrada e com indicação do fabricante, peso, data de validade. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada (tipo café caseiro) validade mínima de 6 meses.					
7	Farinha de trigo / 1 KG: Especial com fermento, tipo 1, em embalagem polietileno atóxico, resistente, termossoldado e/ou em filem de poliéster metalizado com polietileno, Nome e endereço do fabricante, data de fabricação e validade.	EB	300	R\$ 4,60	R\$1.379,00	Exclusivo ME/EPP
8	Feijão carioca / 1 Kg: novo, tipo 1, constituído de grãos da mesma coloração, admitindo-se no máximo 5% de mistura de outras classes e até 10% de mistura de variedades da classe cores, isento de matéria terrosa, parasitas, pedaços de grãos ardidos, brotados, imaturos e mofados. Nome e endereço do fabricante, data de fabricação e validade.	EB	1040	R\$ 6,83	R\$7.099,73	Exclusivo ME/EPP
9	Gelatina em pó / 0,35 grs: sabores variados Com 29 kcal e 100mg de sódio para uma porção de 7,8 grs, sem aspartame em sua composição. Nome e endereço do fabricante, data de fabricação e validade.	EB	300	R\$ 1,07	R\$323,00	Exclusivo ME/EPP
10	logurte de polpa / 1 litro: Embalado em garrafa com tampa, de fruta concentrado e encorpado de boa qualidade, litro em sabores variados com aproximadamente 4,0 g de proteína, 13g de carboidrato, 3,0g de gorduras totais 1,0 de gordura saturada, 0g de Gordura trans, 50 mg de sódio e que não contenha glúten na porção de 100 g no rotulo deve conter as informações do fornecedor. O produto deverá estar resfriado no momento da entrega. Constar data de fabricação, validade e lote na embalagem.	EB	500	R\$6,40	R\$3.198,33	Exclusivo ME/EPP
11	Leite em pó embalagem aluminizada / 400 grs: integral instantâneo, de origem animal, sem adição de açúcar com aproximadamente 129 kcal, 239 mg de cálcio e enriquecido de vitaminas A e D. Isento de gorduras trans. No seu rótulo deverá ter informação sobre glúten, tabela nutricional com identificação da porção, modo de preparo, rendimento, data de fabricação, validade e número de lote.	EB	1470	R\$ 13,51	R\$ 19.864,60	Exclusivo ME/EPP
12	Macarrão espaguete / 500 grs.: nº 08; massa seca, com ovos; fabricado a partir de matéria-prima selecionada, sã, limpa e de boa qualidade; enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem resistente e termossoldado, de boa qualidade. Constar data de validade na embalagem.	EB	841	R\$ 3,56	R\$ 2.996,76	Exclusivo ME/EPP
13	Milho verde / 300 grs (peso líquido) e 200 grs (após drenado): em conserva, em grãos, em lata em folha de flandres com verniz sanitário. Rótulo com valor nutricional, informação sobre glúten, contendo nome do fabricante, data de fabricação, validade e lote.	EB	290	R\$ 2,60	R\$ 753,03	Exclusivo ME/EPP
14	Óleo de soja / 900 ml: Óleo, comestível, vegetal de soja, puro, refinado sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem tipo PET, contendo 900ml, com dados de identificação, informação nutricional, prazo de validade.	EB	850	R\$8,00	R\$6.800,00	Exclusivo ME/EPP
15	Polvilho azedo 1 KG: coloração branca, isento de sujidades, com data de fabricação e validade.	EB	470	R\$5,78	R\$2.716,60	Exclusivo ME/EPP
16	Sal 1 KG: Sal fino, seco, iodado, para cozinha. No seu rótulo deve conter prazo de validade/lote.	EB	280	R\$1,65	R\$461,07	Exclusivo ME/EPP
17	Suco sem corante / 200 ml: Suco pronto para beber, sabor de laranja, sem corantes artificiais, acidulante ácido cítrico, aroma natural, caixa longa vida. Na embalagem deverá constar nome e endereço do fabricante, data da fabricação e validade.	EB	830	R\$ 1,96	R\$ 1.629,57	Exclusivo ME/EPP
18	Suco sem corante / 200 ml: Suco pronto para beber, sabor de morango, sem corantes artificiais, acidulante ácido cítrico, aroma natural, caixa longa vida. Na embalagem deverá constar nome e endereço do fabricante, data da fabricação e validade.	EB	1250	R\$ 1,96	R\$ 2.454,17	Exclusivo ME/EPP

Al Silveira
Al Silveira

Garcia de Mello

Antônio

Wd.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 – CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÓRREGO FUNDO – MINAS GERAIS

19	Suco sem corante / 200 ml: Suco pronto para beber, sabor de uva, sem corantes artificiais, acidulante ácido cítrico, aroma natural, caixa longa vida. Na embalagem deverá constar nome e endereço do fabricante, data da fabricação e validade.	EB	1250	R\$ 1,96	R\$ 2.454,17	Exclusivo ME/EPP
Valor Médio total – valor estimado – teto máximo					R\$78.740,11	

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

3.1. A aquisição dos produtos acima elencados atenderá às necessidades dos lanches servidos aos usuários do CRAS da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, merenda escolar servidas nas escolas por meio da Secretaria Municipal de Educação, e também em reuniões, eventos e manutenção das Secretarias de Saúde; Esporte, Cultura e Lazer; Obras, Meio Ambiente e Desenvolvimento; Governo; Administração, Contabilidade e Fazenda; Políticas Sociais; Educação. Proporcionando assim a continuidade e a ampliação da prestação dos serviços públicos essenciais ao Município de Córrego Fundo-MG.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS

4.1. Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens e/ou serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

5. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZOS

5.1. O objeto do presente termo de referência será recebido parceladamente, à medida das necessidades do município, podendo ser em pequenas quantidades, para atendimento das Secretarias solicitantes, com entrega, endereços, em dia e horário previamente agendados.

5.2. A entrega será realizada uma vez por semana, preferencialmente às terças-feiras, no horário de 08:00 às 10:00 horas e de 13:00 às 17:00 hs, na sede administrativa das secretarias solicitantes ou nas sedes das Escolas indicadas, à medida das necessidades das Escolas Municipais e das Secretarias, sendo que a Diretoria de Compras emitirá, com antecedência, "Ordem de Fornecimento" indicando os quantitativos e a Secretaria solicitante enviará a "OF" indicando o local para cada entrega.

5.3. O (s) pedido (s) para cada entrega será realizado através de Nota de Autorização de Fornecimento – NAF que será enviada por meio eletrônico para o detentor da Ata de Registro de Preços.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos respectivos endereços das unidades requisitantes, dentro da sede urbana do município, que serão especificados em cada Nota de Autorização de Fornecimento – NAF.

5.5. O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

Alcides *Alcides*

Genis de Melo

Américo

Alcides
CR
Vol.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÓRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

5.6. As notas de empenho poderão ser substituídas por uma ordem de compra oficial que serão enviadas através de correio eletrônico (e-mail), previamente cadastrado na proposta da licitante, e a data deste envio será a referência para contagem do prazo de entrega estipulado. Para tanto as empresas participantes do certame deverão manter as informações de seu cadastro atualizadas junto ao Município. A alegação do não recebimento da nota de empenho não será aceita como justificativa para a recusa ou atraso da entrega do objeto.

5.7. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

5.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e fora dos padrões de higiene e transportes definidos pela vigilância sanitária, caso em que, os produtos devolvidos por entrega em desacordo, não serão pagos.

5.9. Dada a natureza do objeto que se trata de gêneros alimentícios, não haverá o recebimento provisório e definitivo mediante termo circunstanciado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da

Alsilveira

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÓRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

respectiva nota fiscal, na qual constarão, no que couber, as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Consoante o Art. 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, o (s) secretário (s) das áreas requisitantes, será (ão) responsável (s) por acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

Al. Silveira

J. Silva

Camila de Melo

M. M. Campes

Maria
R.
W.



MUNICÍPIO DE CÔRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÔRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos documentos de regularidade fiscal para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

ABSilveira

JCSilva

Luiz de Melo

M. M. Campos

Stano

R

W.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 - CÓRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

12.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada irregular no que tange a regularidade fiscal, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do contratante.

12.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Excetuando a regra de reajuste prevista no item anterior, preço do objeto da presente licitação poderá ser alterado, nos casos de fatos imprevisíveis, previsíveis, mas de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe para manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

13.2.1. Para que se delibere quanto ao equilíbrio econômico financeiro, a contratada deverá encaminhar, à Administração Pública contratante, ofício solicitando a alteração de preços juntamente com documentação comprobatória e hábil para verificação do desequilíbrio econômico financeiro.

13.2.2. É facultado ao Município, antes da apreciação do pedido de realinhamento, verificar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

13.2.3. Aplica-se o especificado acima para supressão do valor, devendo a contratada informar à contratante que houve supressão do valor.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia nos termos do Art. 56 da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que o (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) após a entrega e aceitação definitiva do objeto.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

Albuquerque

de Souza

Guimarães

Monteiro

W.D.

W.D.
CR



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÓRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias sendo que após o limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades desta Administração Municipal pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Silveira

Silva

Guimarães

[Assinatura]

mmocamp

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE CÔRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÔRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso o Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração Municipal poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas são consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$78.740,11 (Setenta e oito mil setecentos e quarenta reais e onze centavos)** e será o valor máximo definido para esta licitação devendo serem respeitados, caso a caso, os valores unitários e totais.

Al. Silveira

J. Silva

Guaraciela Melo

[Assinatura]

M. Mecampo

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE CÔRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 – CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 = CÔRREGO FUNDO – MINAS GERAIS

16.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em média aritmética, após pesquisa de preços com fornecedores do ramo pertinente;

17. DA EXIGÊNCIA E JUSTIFICATIVA DE AMOSTRA² (S)

17.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado se exigirá do licitante vencedor a apresentação de amostra dos seguintes produtos e nas seguintes condições:

17.1.1. Para os produtos **Arroz embalagem de 5 KG tipo 1, Café torrado e moído embalagem de 500 grs, Feijão carioca embalagem de 1 KG, logurte embalagem de 1 Litro** – a aferição da amostra será realizada pelos membros de comissão nomeada, por meio de portaria, para este fim específico, caso em que será elaborado relatório de aceitabilidade e/ou reprovabilidade, com justificativa fundamentada e comparativa se for o caso.

17.2. O licitante vencedor terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis** para a apresentação de uma unidade de amostra de cada item, devidamente embalada e identificada, no seguinte endereço:

17.2.1. Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Bairro Mizael Bernardes, no horário de 12:00 horas às 18:00 horas.

17.3. As aferições das amostras serão realizadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, caso em que será elaborado Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, com justificativa fundamentada e comparativa de cada produto analisado, se for o caso.

17.4. Encerrada a etapa de análise será dada publicidade ao Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade através de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município – DOEM.

18. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

18.1. Considerando o objeto a ser contratado, que se trata de fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento dos usuários do CRAS (Secretaria de Políticas Sociais), realização de eventos, manutenção e inclusive para uso na Merenda Escolar, há que se exigir a apresentação de alvará sanitário para os licitantes fornecedores de produtos de origem animal e gêneros perecíveis, como requisito específico de habilitação nos termos do Art. 30, da Lei 8.666/93 e ou Art. 31, da Lei 8.666/93.

²Nota explicativa: o TCU firmou jurisprudência no sentido de que tal exigência é cabível no pregão, desde que feita após a fase de lances e limitada ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (Acórdãos nº 1.182/2007, nº 1.634/2007, nº 2.558/2007, nº 1.113/2008, nº 1.168/2009 e nº 1.317/2011, do Plenário, e nº 3.667/2009, 2ª Câmara, todavia, a descrição correta e detalhada do objeto a ser adquirido/contratado, na maior parte dos casos, garantirá a qualidade da contratação, sem necessidade de se exigir a apresentação de amostra, a qual deve ser reservada para situações excepcionais.

Alcibeuza

de Silva

Guaraci de Melo

Marcosampa



MUNICÍPIO DE CORREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 - CORREGO FUNDO - MINAS GERAIS

19. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O prazo de vigência do Registro de Preços oriundo deste Termo de Referência será de 05 (cinco) meses e a execução se dará parceladamente, à medida das necessidades do Município.

20. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU DO CONTRATO

20.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato caberá aos Secretários (as) das áreas requisitantes.

20.1.1. A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

20.2. A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21.1. A (s) projeção (s) da (s) despesa (s) para atender a esta licitação estão programadas em dotação (s) orçamentária (s) própria (s), consignada (s) no orçamento municipal para o exercício corrente, na (s) seguinte (s) rubrica (s):

Secretaria Municipal de Governo

Ficha - 032 - Fonte - 100 - 0412204022101 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 083 - Fonte - 100 - 0418106012106 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 090 - Fonte - 100 - 0618104022112 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários

Secretaria Municipal de Administração Contabilidade e Fazenda

Ficha - 103 - Fonte - 100 - 0412304022300 - 3.90.30.00 - Recursos Ordinários

Secretaria Municipal de Educação

Ficha - 198 - Fonte - 100 - 1230612012524 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 198 - Fonte - 144 - 1230612012524 - 3.3.90.30.00 - Transf. Recursos FNDE referente ao PNAE - Recurso Federal
Ficha - 198 - Fonte - 147 - 1230612012524 - 3.3.90.30.00 - Transf. do Salário - Educação - Recurso Estadual
Ficha - 199 - Fonte - 100 - 1230612012528 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 199 - Fonte - 144 - 1230612012528 - 3.3.90.30.00 - Transf. Recursos FNDE referente ao PNAE - Recurso Federal
Ficha - 199 - Fonte - 147 - 1230612012528 - 3.3.90.30.00 - Transf. do Salário - Educação - Recurso Estadual
Ficha - 200 - Fonte - 100 - 1230612012529 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 200 - Fonte - 144 - 1230612012529 - 3.3.90.30.00 - Transf. Recursos FNDE referente ao PNAE - Recurso Federal
Ficha - 200 - Fonte - 147 - 1230612012529 - 3.3.90.30.00 - Transf. do Salário - Educação - Recurso Estadual

Secretaria Municipal de Saúde

Ficha - 259 - Fonte - 102 - 1012210032600 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 278 - Fonte - 102 - 1030110032623 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 288 - Fonte - 102 - 1030210032633 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 306 - Fonte - 102 - 1030310032626 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 315 - Fonte - 102 - 1030310032645 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 337 - Fonte - 159 - 1030110022620 - 3.3.90.30.00 - Transf. Recursos do SUS - Custeio

Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Ficha - 401 - Fonte - 100 - 0412204022.700 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Ficha - 509 - Fonte - 100 - 041220402.2591 - 3.390.30 - Recursos Ordinários
Ficha - 524 - Fonte - 100 - 133921301.2802 - 3.390.30 - Recursos Ordinários
Ficha - 547 - Fonte - 100 - 133921301.2803 - 3.390.30 - Recursos Ordinários

Al. Silveira

Al. Silveira

Junia de Melo

Junia
mmocampo



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

RUA JOAQUIM GONÇALVES DA FONSECA, 493 - CENTRO

TELEFAX (37) 3322-9144

CEP: 35.578-000 - CÓRREGO FUNDO - MINAS GERAIS

Secretaria de Políticas Sociais

Ficha - 568 - Fonte - 100 - 0412204022.900 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 577 - Fonte - 100 - 0824308022.930 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 590 - Fonte - 129 - 0824308022.967 - 3.3.90.30.00 - IGD-SUAS (FNAS)
Ficha - 599 - Fonte - 129 - 0824308022.974 - 3.3.90.30.00 - SCFV (FNAS)
Ficha - 616 - Fonte - 100 - 0824404022.968 - 3.3.90.30.00 - Recursos Ordinários
Ficha - 626 - Fonte - 129 - 0824404022.973 - 3.3.90.30.00 - CRAS-PAIF (FNAS)
Ficha - 656 - Fonte - 129 - 0824408022.976 - 3.3.90.30.00 - IGD-BF (FNAS)

22. DA NATUREZA DO PROCEDIMENTO

22.1. Pela natureza do objeto, não há como precisar os quantitativos a serem gastos para o período, razão pela qual solicitamos que seja realizado Pregão para Registro de Preços nos termos legais.

Município de Córrego Fundo/MG, 01 de março de 2021.

Marcilene Gomes da Silva
Oficial Administrativo II

APROVAMOS O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAMOS A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

Aureci Cristina de Faria Borges
Secretária Municipal de Administração,
Contabilidade e Fazenda

Weslei Carlos da Silva
Secretário Municipal de Governo

Adriana Aparecida da Silveira
Secretária Municipal de Educação

Maria Marlene Oliveira Campos
Secretária Municipal de Políticas Sociais

Elder Júnio de Melo
Secretário Municipal de Cultura, Esporte
e Lazer

Washington Alair e Silva
Secretário Municipal Obras, Meio
Ambiente e Desenvolvimento

Alessandra Lopes de Faria
Secretária Municipal de Saúde